

PARTE IV

REGIÃO SUDESTE

IMIGRANTES, RETORNADOS, REFUGIADOS: CONTATOS E DINÂMICAS NO SUDESTE BRASILEIRO.

Sylvia Duarte Dantas

Ph.D. em Psicologia Social na *Boston University*, Docente da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP-BS, e Coordenadora dos Diálogos Interculturais IEA-USP.

E-mail: syddantas@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O tema da imigração é extremamente dinâmico uma vez que os fluxos de pessoas que se deslocam no mundo atual mudam rapidamente. Nesse sentido, cabe lembrar que com os avanços da tecnologia, deslocamentos que poderiam levar meses hoje ocorrem em pouco menos de 24 horas. Além disso, o contato em tempo real com pessoas em diferentes localidades do planeta configura uma nova era de troca de informações e formação de redes. Assim, falar do impacto dos fluxos migratórios recentes no Brasil é uma tarefa essencial para que possamos compreender como nos inserimos na rede transnacional migratória. E sua relação é intrínseca a discussão da desigualdade regional e das políticas públicas voltadas para os novos integrantes da sociedade brasileira.

Cabe notar que este artigo tem o propósito de fazer uma breve apresentação do cenário da região sudeste no que se refere aos aspectos recentes da imigração para essa parte do país. Procuraremos abordar os impactos dos deslocamentos para quem aqui imigra, assim como para com o Estado, frente a sua responsabilidade com relação a essa nova realidade social. Faremos inicialmente uma breve apresentação da perspectiva intercultural na área da psicologia na qual nos pautamos, a fim de que o leitor possa compreender o olhar que conjuga as informações que serão expostas. Em seguida uma breve contextualização da imigração mundial e em especial do sudeste brasileiro. Apresentamos depois dados referentes ao estado de São Paulo dos impactos da imigração nas instituições e da perspectiva das experiências dos migrantes e, por fim, expomos algumas considerações no que concerne às políticas públicas referentes à imigração.

2. ENFOQUE INTERCULTURAL

Os fenômenos psicossociais são percebidos de forma ampla, dinâmica e flexível a partir do enfoque intercultural e o desenvolvimento humano e suas manifestações são vistos como decorrentes da relação dialética entre o sujeito e os contextos culturais e sociopolíticos (Berry, Poortinga, Segall & Dasen, 1992). Toda construção teórica da psicologia em grande parte

realizada a partir de amostras de grupos norte-americanos e europeus é colocada em suspenso. Há assim uma crítica das teorias psicológicas como construções etnocêntricas. Desse modo, é princípio imperativo da abordagem intercultural basear os estudos a partir dos contextos culturais em que estão. Considera-se necessária uma compreensão etnográfica das culturas em contato a fim de entender o indivíduo. Algo pouco comum ou realizado apenas de forma tangencial nas teorias e práticas psicológicas. É por excelência interdisciplinar e utiliza uma ampla base de teorias, mas um conjunto único de métodos conforme explicamos em publicações anteriores (DeBiaggi & Paiva, 2004; Dantas, 2012).

Berry (2004) aponta a aculturação, conceito originário da antropologia, e as relações intergrupais, fenômeno estudado originariamente na sociologia e posteriormente foco central da psicologia social, como duas vastas áreas de contribuição estudadas na Psicologia Intercultural. Ambas abarcam as dimensões profundas e complexas envolvidas nos encontros e desencontros culturais e contribuem para a elaboração de políticas relevantes para as relações grupais em sociedades culturalmente plurais. Atualmente, como sugere Cuche (1999), as pesquisas sobre o processo de aculturação renovaram profundamente a concepção que os pesquisadores tinham de cultura, partindo-se agora da aculturação para compreensão da cultura.

Toda cultura é um processo permanente de construção, desconstrução e reconstrução que em tempos de rápidos deslocamentos e constante contato intercultural torna-se extremamente dinâmico. Como nos lembra aquele autor, cultura não é um dado ou uma herança que se transmite imutável de geração para geração, e sim uma produção histórica, isto é, uma construção que se inscreve na história e mais precisamente na história das relações dos grupos sociais entre si. Na análise de um sistema cultural, faz-se necessário analisar a situação sócio-histórica que o produz, pois as culturas nascem de relações sociais que são sempre relações desiguais. Entende-se que não podemos analisar um traço cultural independentemente do sistema cultural ao qual pertence e que lhe dá sentido. Conforme os estudos em psicologia intercultural, o contato é naturalmente gerador de estresse. Nesse sentido, não incorremos no equívoco ainda recorrente nas instituições que recebem o imigrante de patologizar as manifestações emocionais ou psicossomáticas que são reações naturais ao deslocamento. Daí um trabalho psicossocial voltado para prevenção a partir desse conhecimento. Problemas interpessoais, psicossomáticos e somáticos são uma consequência natural da mudança, podendo levar a uma depressão, alto grau de ansiedade, ou mesmo surtos, quando há uma confluência de fatores estressantes no processo de aculturação a nova cultura. Estresse de aculturação refere-

se a um tipo de estresse em que os fatores estressantes são identificados como tendo sua origem no processo de aculturação, podendo reduzir o estado de saúde do indivíduo tanto físico como mental (Berry et. al., 1992). Os estudos mostram que problemas de saúde mental, geralmente, emergem durante aculturação, contudo estes problemas não são inevitáveis e parecem depender de uma série de características contextuais e individuais envolvidas no processo de aculturação.

As consequências da aculturação variam em função de um conjunto complexo de fatores situacionais e pessoais. Há uma gama de variáveis que mediam a relação entre aculturação e estresse. O modo de aculturação, a fase de aculturação em que a pessoa se encontra a natureza da sociedade majoritária, podendo ser desde uma sociedade multicultural, em que as diversidades são respeitadas e valorizadas até uma sociedade assimilacionista, em que se impõem a cultura majoritária como única forma possível. Em uma sociedade preconceituosa e discriminatória, podendo o preconceito girar em torno do fenótipo, a aparência, cor de pele, ou em relação ao gênero, ou a geração, ou a etnias ou nacionalidades consideradas inferiores. Alguns grupos em aculturação podem ser mais aceitos e colocados no patamar mais alto na hierarquia de prestígio e outros ocuparem os níveis mais baixos no sistema de preconceitos da sociedade. Outro fator são as políticas existentes com relação aos grupos em aculturação da sociedade (acesso à saúde, moradia, direitos políticos) que podem excluí-los gerando altos níveis de estresse de aculturação.

O apoio social de redes sociais, já que as redes sociais funcionam como provedoras de companhia social, apoio emocional, fornecem guia cognitivo e conselhos, favorecem a resolução de conflitos, fornecem ajuda material e de serviços e acesso a novos contatos conforme explica Sluski (1997). Idade e status social são também componentes que influem no ajuste cultural do grupo. Em termos de classe social, a imigração frequentemente significa uma mobilidade descendente, ou seja, há um rebaixamento em relação ao status social anterior.

Enquanto que uma mobilidade sócio-econômica pode reassegurar e reforçar sentimentos de nova situação sob controle, as dificuldades aumentam quando há um rebaixamento do status social com subemprego ou desemprego dificultando assim a adaptação à nova sociedade. Com relação às características do indivíduo em aculturação, os recursos internos da pessoa abrangem tanto aspectos cognitivos, suas crenças, construções, atitudes, como aspectos emocionais, afetivos, no sentido de considerar a psicodinâmica daquele que migra. Dessa forma não deixamos de observar os aspectos latentes do inconsciente daquele que nos procura, seu mundo interno de relações objetais, suas fantasias e seus mecanismos de defesa relativos às ansiedades

despertadas diante o novo e desconhecido, ansiedades diante as perdas decorrentes do deslocamento, e ansiedades confusionais diante a inabilidade de distinguir entre o velho e o novo, as motivações manifestas e latentes da mudança (Grinberg & Grinberg, 1989). Daí o Modelo Intercultural Psicodinâmico que desenvolvemos a partir de nosso trabalho de intervenção psicossocial com imigrantes (DeBiaggi, 2008; Dantas, 2012).

3. CONTEXTUALIZAÇÃO

Singer (2001) delinea as etapas da globalização da economia capitalista industrial que tende a superar os limites do estado-nação desde seus primórdios. Define este processo como uma reorganização da divisão internacional do trabalho, impulsionado em parte pelas diferenças de produtividade e de custos de produção entre países. A primeira etapa após a segunda guerra mundial caracteriza-se pela transferência em grande escala de recursos dos Estados Unidos para a Europa e Japão com a implantação de filiais e aquisição de firmas retomando a multinacionalização. Já em uma segunda etapa os países semi-industrializados apresentavam disponibilidade de mão-de-obra a custos menores sendo para as indústrias uma alternativa de escape das lutas de classe nos países industrializados.

Há assim a transferência em grande escala de linhas de produção industrial para os países periféricos. Estava dada a receita para a precarização dos postos de trabalho e relações trabalhistas, um mal que aflige todos os países do mundo acarretando inclusive grandes fluxos migratórios de pessoas em busca de melhores condições de vida naqueles países que exerceram crescente influência econômica, política e social em suas periferias. A globalização, portanto, é um processo a partir do qual se reestruturam as quatro formas de poder – econômico, político, cultural e simbólico. Assim, o Brasil tem o perfil do país em desenvolvimento onde os países industrializados investiram capital e exercem crescente e marcante influência nas políticas econômicas, sociais e na cultura.

É importante lembrar, no entanto, que esta população, assim como outras minorias, é muitas vezes usada como bode expiatório no país receptor, ou seja, como objeto de culpa no

sistema social, sendo a ela atribuída a causa do desemprego e de outros problemas sociais (Portes & Rumbaut, 1990).

A região sudeste do Brasil constitui uma das cinco regiões do país, composta por quatro estados, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Nesta região se dá a maior concentração populacional do território brasileiro totalizando 80.364.410 habitantes o que corresponde a 42,2% do total nacional (IBGE 2010). Densidade demográfica de 87 hab./km² - ocupa apenas 11% do território nacional. Uma população predominantemente urbana, 92,1%, com 1.668 municípios. A região apresenta os mais altos índices de violência e também sofre com as elevadas taxas de desemprego.

O Brasil abriga 1.847.274 imigrantes regulares, segundo estatísticas da Polícia Federal atualizadas em março de 2015. (Arantes,2015). No momento em que escrevemos esse artigo, o número de refugiados no Brasil é de 8.863 de 79 nacionalidades e mais 20 mil solicitantes de refúgio (Itamaraty, 2016). Ao lado das estatísticas oficiais há como é comum ao fenômeno migratório, dados não oficiais. As organizações que trabalham com a comunidade boliviana, por exemplo, indicam que imigrantes bolivianos na Grande São Paulo podem chegar a 500 mil incluindo documentados e não documentados. Já o consulado da Bolívia aponta 50 mil indocumentados. Segundo levantamento da Pastoral dos Imigrantes, seriam 70 mil e destes 35 mil apenas no bairro do Brás na cidade de São Paulo.

O Ministério do Trabalho e Emprego indica de 10 a 30 mil pessoas sem documentos. Já o Ministério Público, por sua vez, estipula 200 mil bolivianos (regulares e irregulares). Apesar da “crise” financeira internacional, em que o sistema capitalista financeiro gera uma crise econômica para as populações mundiais que beneficia o grande capital, nesse período entre os anos 2008 a 2010, o Brasil ficou imune desse abalo e apresentava crescimento econômico. Muitos brasileiros retornaram para o país e segundo o censo de 2010 apontava-se 455.335 retornados internacionais. Destes 79.327 dos EUA, 61.694 do Japão, 44.335 do Paraguai, 35.653 de Portugal e 21.284 do Reino Unido. Interessante notar percentual maior do Japão, já que havia número menor de imigrantes lá do que nos EUA (Botega, Cavalcanti & Oliveira, 2015).

Uma pesquisa publicada em 2015 sobre o acesso de imigrantes, apátridas e refugiados a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), uma fundação pública federal vinculada ao Ministério do

Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, apresenta dados por estado. Nota-se que não foram incluídos retornados, apesar de estarem no levantamento do IBGE de 2010 relativo à imigração no Brasil. Expomos resumidamente os dados relativos aos estados da região sudeste apresentados no estudo conforme critérios e expressões utilizadas no mesmo.

No estado do Rio de Janeiro foram entrevistados 8 imigrantes, 7 Instituições públicas e 11 instituições sociedade civil. Os obstáculos de acesso a serviços e direitos assinalados por ordem de importância são: A) Problemas de acesso a moradia; B) Problemas de acesso a trabalho; C) Falta articulação das instituições da sociedade civil; D) Falta de organização dos imigrantes; E) Falta de recursos por parte das instituições da sociedade civil.

Já no Espírito Santo os pesquisadores não conseguiram entrevistar imigrantes, mas tiveram acesso a uma instituição pública e 3 instituições da sociedade civil que apontaram para a situação do Estado como pouco articulado no trabalho com imigrantes havendo registro de um incipiente Fórum Capixaba pelos Direitos dos Migrantes (FOCADIM) composto por várias instituições. Houve, contudo, ausência de retorno por parte das instituições públicas.

Em Minas Gerais não houve entrevistas com imigrantes, apenas ocorreram contato com 3 Instituições públicas e 2 instituições da sociedade civil. Com a chegada de haitianos e outros imigrantes foi criado no estado o Centro Zanmi em 2013. Obstáculos de acesso a serviços e direitos indicados foram: A) Documentação; B) Moradia, burocracia e desconhecimento dos procedimentos; C) Serviços públicos não capacitados; D) Dificuldade de registro de crianças recém-nascidas; E) Desconhecimento e falta de interesse pelo tema pelas instituições públicas.

Em São Paulo foram entrevistados 24 imigrantes, 10 Instituições públicas e 23 instituições da sociedade civil. Os pesquisadores observam que em geral haitianos e bolivianos estão cansados de serem constantemente abordados pela mídia e apresentam-se reticentes em participar de entrevistas. Obstáculos de acesso a serviços e direitos observados: A) Acesso à moradia dificultado pelo preconceito; B) Desconhecimento por parte da sociedade sobre a condição de refugiados; C) Serviços públicos não capacitados; D) Não reconhecimento da formação dos imigrantes; E) Falta de ajuda econômica para refugiados; F) Dificuldade na obtenção de documentos.

Lembramos que a política brasileira com a promulgação do Estatuto do Refugiado de 1997 (Lei no 9.474) não só instituiu normas aplicáveis aos refugiados e solicitantes, mas também criou o órgão responsável por analisar os pedidos e declarar o reconhecimento em

primeira instância da condição de refugiado, o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). Este é presidido pelo Ministério da Justiça e integrado pelos seguintes órgãos: Itamaraty que exerce a vice-presidência do órgão, pelos Ministérios da Saúde, Educação e Trabalho e Emprego, pela Polícia Federal e por organizações não-governamentais voltadas para a assistência, como o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) e a Cáritas Arquidiocesanas de Rio de Janeiro e São Paulo. O Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR) participa, mas sem direito a voto.

Segundo dados de 2010 a abril de 2016 do CONARE, relativos ao que denominaram de integração local e soluções duráveis, entre essas, foi criada a rede de Centros de Referência e Acolhida de Migrantes e Refugiados (CRAI). Em São Paulo, há 2 centros em funcionamento, com capacidade total de 415 vagas de acolhimento. Estes são resultado de uma parceria entre Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e o Serviço Franciscano de Solidariedade (Sefras) que administra esses dois serviços para imigrantes e solicitantes de refúgios.

O Centro de Acolhida funciona diariamente 24 horas. O Centro oferece serviço de hospedagem, alimentação, banho, assistência social e jurídica. Oferece também atendimento para 120 pessoas/ dia com o serviço de regularização de documentação, intermediação de trabalho, prevenção de trabalho escravo, formação (profissional e em idiomas), orientação jurídica. Segundo o CONARE há novas pactuações com Estados e Municípios para criação de centros em Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Guarulhos. O CRAI (2015) de São Paulo criado no âmbito da consolidação de uma política municipal para migrantes iniciou suas atividades em novembro de 2014 e foi o primeiro do Brasil. Através da SMADS há duas outras casas de acolhida conveniadas com a prefeitura, o Centro Social Nossa Senhora Aparecida, gerenciado pelas irmãs Palotinas que recebe 80 mulheres e crianças e o Servizio Missionário Giovani (SERMIG) que acolhe 1200 pessoas em situação de rua, dentre os quais cerca de 200 vagas para imigrantes, na antiga Hospedaria do Imigrante.

Em seu relatório, o CONARE também aponta as iniciativas do PRONATEC que oferta 400 vagas para curso de Português em São Paulo e Rio de Janeiro. Além de outras 330 vagas de parcerias com a prefeitura para curso de português. Há também cursos voltados para empreendedorismo em parceria com a entidade privada do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) que oferece 250 vagas em São Paulo. A proposta da entidade

conforme explicitado em seu site, é orientar os refugiados desde a elaboração do plano de negócios até a obtenção de crédito em uma instituição financeira.

4. IMPACTOS E SUAS RELATIVIDADES

Em seguida apresentamos alguns dados relativos ao estado de São Paulo onde encontramos uma maior concentração de imigrantes e de onde encontra-se mais dados com relação a questão imigratória. Dados relativos ao impacto da imigração nas instituições e a percepção de profissionais e imigrantes.

Com relação à educação, a rede paulista conta com 5 mil escolas. Segundo dados apresentados no *site* da Secretaria da Educação do Governo de São Paulo (15 janeiro de 2015), às escolas estaduais de São Paulo registraram estudantes nascidos em 95 nações. A maior parte matriculada na capital paulista, mas também presente em outros municípios como São Bernardo do Campo, Guarulhos, São José do Rio Preto, Campinas, Mogi das Cruzes, Franca, Sorocaba e Jacareí. Em relação à língua, 75% desses estudantes têm como língua-mãe o espanhol e 53% estudam na capital paulista. A matrícula do aluno pode ser feita com os documentos que os pais dispuserem naquele momento, como passaporte ou o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE), segundo a direção do Núcleo de Inclusão Educacional da Secretaria, criado para o acompanhamento desses estudantes.

O Núcleo conforme informado no *site* da secretaria, também organiza as diretrizes pedagógicas para a educação indígena, quilombola, prisional e nas unidades da Fundação Casa. O objetivo é subsidiar os professores, diretores e supervisores na recepção e adaptação desses alunos. Os dados da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo de 2015 mostram que o total de alunos estrangeiros subiu 16% nos últimos dois anos. Bolivianos são maioria: 4,2 mil, entre os 8,7 mil alunos estrangeiros (Porto, 2016). No centro da capital paulistana, no bairro do Brás, a Escola Estadual Eduardo Prado é um retrato da região em que pelo menos 80% dos alunos são filhos de imigrantes ou vêm de outro país, sendo a maioria de origem boliviana.

Em estudo sobre crianças bolivianas nas Escolas Municipais de Educação Infantil - EMEI - (Freitas & Silva, 2015) denota-se a falta de preparo da escola para essa nova realidade. Assim, equívocos com relação ao ensino do português, são expressos:

“A minha preocupação... insisto muito com os pais que, dentro da casa, eles falem em português. Se eles pretendem ficar no país... não que eles percam a língua deles. Eu deixo claro isso, só que para beneficiar a criança em uma alfabetização. Porque é esta nossa realidade. Eles não vão ter uma aula específica para manter a língua deles e um reforço quando chegar a época da alfabetização deles. [...] Eles vão chegar lá no primeiro ano e vão ver só alfabetização na nossa língua. Então se eles falarem com a criança em português, vai facilitar no primeiro ano. Eles vão sofrer menos.” (Marina)

Demonstra-se também ideias preconceituosas com relação a higiene:

“[...] porque, querendo ou não, elas são fedidas, eu não sei se é por conta de onde elas moram, elas não tomam banho todos os dias.”(Luíza)

Sobre como professores são orientados Beatriz, coordenadora pedagógica, aponta para a falta de condições de trabalho que permita uma atenção por parte do professor para com o aluno que vem de fora:

“Enquanto eu tiver quarenta alunos por sala, como é que vou pensar nisso?”

Se por um lado no Brasil ao se falar em escola pública de ensino fundamental e médio em geral associa-se a ideia da falta de condições de trabalho para professores e funcionários assim como falta de recursos humanos e materiais prejudicando o acesso e qualidade do ensino, por outro, do ponto de vista de alguns imigrantes a perspectiva é relativamente positiva. Como relata Eli Hogbe Bangweni, de 7 anos, uma criança imigrante de Camarões, na Escola Estadual Marechal Deodoro, no Bom Retiro, região central de São Paulo, onde mais da metade dos alunos são estrangeiros,

“Lá [Em Camarões], os professores eram bravos, gritavam muito. Aqui, tenho amigos e as professoras são boazinhas”, disse. Sua única preocupação é com a mãe, que também trabalha em uma confecção têxtil do bairro - e está “muito magrinha”.

Apesar de um artigo jornalístico (agência Estado, 29/06/2015), o relato reflete experiências descritas informalmente por outros imigrantes. Interessante notar que também para

os pais das crianças, a escola revelou-se uma garantia na esfera pública da metrópole de um lugar de recuperação da dignidade ameaçada nas relações de trabalho a que estão submetidos.

Já com relação a alunos retornados encontramos dados de organização civil voltada para readaptação de crianças nascidas ou que foram para o Japão em tenra idade junto às escolas públicas do estado de São Paulo (Nakagawa, 2010).

Com relação ao acesso à saúde ainda encontramos pouco estudos e destes mais voltados a população boliviana em São Paulo. Martes e Faleiros (2013) indicam que os estudos do final dos anos noventa notavam que os bolivianos pouco acessavam o sistema de saúde em São Paulo. Por volta de dez anos depois os estudos retratam um cenário diferente em que os imigrantes acessam o Sistema Único de Saúde SUS e o Programa Saúde da Família que constitui um grande facilitador entre imigrantes e Unidade de Saúde Básica UBS. Os agentes de saúde também são figuras fundamentais para integração dos imigrantes ao sistema e sociedade, possibilitando contato entre bolivianos e brasileiros. A carteira de usuário do SUS constitui muitas vezes a primeira aquisição de um documento brasileiro. As autoras contrastam o sistema de saúde de ambos os países e observam que apesar da carta constitucional boliviana de 2009 em seu artigo 18º prevê saúde universal, integral, gratuita e intercultural a realidade era de longas filas, falta de hospitais e tratamentos pagos e caros. A referência desses imigrantes da saúde na Bolívia advinha de políticas neoliberais que desde 1990 teriam promovido a privatização dos serviços. No Brasil, dentre os 23 entrevistados, 6 recebiam a visita de agentes comunitários de saúde e gostavam muito dos cuidados recebidos. Os relatos são positivos dessa experiência e atestam a importância de um sistema de saúde universal e gratuito para integração de novos imigrantes a sociedade,

“Ano passado minha irmã teve uma gravidez perigosa, então vinham do posto de saúde até a nossa casa, para ver como ela estava. Depois que ela teve o filho, veio a enfermeira [...] e nos orientou em como tirar o documento (do filho), já que o pai não estava aqui, estava na Bolívia. Então nos ajudou muito” (Mulher, 37 anos, de La Paz, há 8 anos em São Paulo).

Conforme Silveria et. al. (2014) no nível de Atenção Primária à Saúde (APS) a Estratégia Saúde da Família (ESF) introduziu a contratação de agentes comunitários de saúde

bolivianos permitindo que eles acessassem essa população não só no âmbito familiar mas também no ambiente de trabalho possibilitando assim maior adesão aos cuidados em saúde. Nos serviços de Saúde em São Paulo Centro de Saúde como na escola Barra Funda CSEBF uma unidade básica, oferece-se um trabalho para as mulheres bolivianas sobre a violência doméstica frequentemente não percebida pelas mesmas como um problema (Mascaro, 2014).

Com relação ao acesso ao mercado de trabalho por parte do imigrante, em 2006 estabeleceu-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada pela Câmara dos Vereadores do Município de São Paulo com o objetivo de “apurar a exploração do trabalho análogo ao de escravo nas empresas, regular ou irregularmente instalada em São Paulo”. São recorrentes os casos de exploração no trabalho em destaque nas mídias e em estudos acadêmicos no caso dos imigrantes bolivianos em São Paulo devido às precárias condições de trabalho em oficinas têxteis de confecção (Silva, 2006; Silveria et. al, 2014) e posteriormente dos africanos e haitianos em que a exploração está intimamente ligada ao racismo institucionalizado. Grande parte dos imigrantes provenientes de países africanos e de haitianos são empregados na construção civil e denúncias de acordos abusivos por parte de contratantes são recorrentes na mídia. Em dezembro de 2016 o Ministério do Trabalho por exemplo, notificou o Hospital das Clínicas por dezoito infrações trabalhistas após encontrar haitianos em trabalho precário em uma reforma no centro cirúrgico hospital. A empresa contratada fazia uso sistemático da mão de obra imigrante a fim de manter a rotatividade e não pagar os salários e rescisões devidas (Zocchio, 2016).

O racismo brasileiro é denunciado por uma imigrante de classe abastada, Alexandra Loras, esposa do ex-cônsul francês no Brasil. Ela sendo negra, deixa claro que não se trata de uma questão de classe como muitos querem crer, e acrescenta,

“Já passei por muitas situações. ...sou questionada por não estar de branco em shoppings aqui em São Paulo e isso é frequente.Ser pobre no Brasil é muito difícil, mas ser pobre e negro é muito, muito, muito mais difícil. As cotas ...É uma reparação para equilibrar a sociedade. Basta olhar a sociedade brasileira, que 128 anos depois da abolição ainda é extremamente desigual” (Norte, 2016).

Da mesma forma, o racismo no Brasil é denunciado por Marcelo Haydu, diretor executivo do Instituto de Reintegração do Refugiado (Adus) que questiona,

“Os refugiados não chegam a 9 mil pessoas contra os 300 mil europeus. Por que os europeus não incomodam?”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dessa breve apresentação sobre a região sudeste do país e a imigração recente para o país, infelizmente vemos que o cenário não é muito animador. A carência em termos de dados por parte das instituições com relação ao atendimento da população imigrante, reflete a pouca atenção que nossos governantes despendem a essa realidade. Em 2016 na cidade de São Paulo, onde há o maior número de imigrantes no país foi interessante notar que no discurso dos candidatos a prefeitura da cidade, apenas um candidato fazia menção a palavra 'imigrantes' em seu plano de governo.

Observamos iniciativas importantes e comprometidas com a temática, mas que ainda constituem trabalhos do tipo pontuais. Além disso, é recorrente a descontinuidade de políticas que afetam a vida dos imigrantes, como foi o caso de 30 estrangeiros de diversas nacionalidades como libaneses, senegaleses, guineenses e nigerianos que ficaram isolados no aeroporto internacional de Guarulhos por volta de 3 dias.

O grupo foi surpreendido com nova portaria do governo federal em que solicitantes de refúgio, mesmo os que saíram do País com autorização de retorno ao voltarem se depararam com uma nova normativa que requer visto de entrada no regresso (Ponte.org). Nesse sentido, vemos que a construção de políticas públicas que sejam efetivas e tenham continuidade são urgentes. Enquanto isso, o país de enorme desigualdade social parece indicar que quando não se pode contar com o poder público e suas instituições, conta-se com a solidariedade dos brasileiros que também se encontram desamparados pelo mesmo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERRY, J., POORTINGA, Y., SEGAL, Marshal. & DASEN, P. *Cross-cultural Psychology: Research and Applications*, Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

CONARE (2016). Sistema de refúgio brasileiro, desafios e perspectivas. www.acnur.org/.../Sistema de Refugio brasileiro - Refugio em numeros 05 05 2016.pdf.

DANTAS, Sylvia (org). *Diálogos Interculturais: Reflexões Interdisciplinares e Intervenções Psicossociais*. São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2012, p.383.

DEBIAGGI, Sylvia D. & PAIVA, Geraldo (orgs). *Psicologia, E/imigração e Cultura*. Editora: Casa do Psicólogo, 2004, p.278.

ITAMARATY. Política Externa, Refugiado e CONARE <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/153-refugiados-e-o-conare>, Acessado em dezembro 2016.

MARTES, Ana C. & FALEIROS, Sarah. Acesso dos imigrantes bolivianos aos serviços públicos de saúde na cidade de São Paulo. *Saúde e Sociedade São Paulo*, vol. 2, p. 351-364, 2013.

MASCARO, L. (2014). Imigrantes bolivianos abordagem de direitos humanos ao direito ao desenvolvimento. Em Mota, A., Marinho, M.G. & Silveira, C. *Saúde e história de migrantes e imigrantes*. SP: CDG Casa de Soluções e Editora, 2014.

NORTE, D. “O Brasil é o país mais racista do mundo”. *VEJA*, 7 out 2016. <http://veja.abril.com.br/complemento/entrevista/alexandra-loras.html>

PORTES, A. & RUMBAUT, R. *Immigrant America: A portrait*. Berkeley: University of California Press, 1990.

PONTE.ORG <http://ponte.org/apos-temer-se-comprometer-com-refugiados-na-onu-30-estrangeiros-sao-isolados-em-aeroporto/>.

PORTO, André. Jovens estrangeiros falam sobre o desafio de estudar em uma escola de SP. *Metro Jornal*, 2016. <http://www.metrojornal.com.br/nacional/foco/jovens-estrangeiros-contam-como-e-o-desafio-de-estudar-em-uma-escola-em-sp-327279>. Acessado em dezembro 2016.

SANTOS, Aurea (22 fevereiro, 2016). Escolas de São Paulo tem escolas abertas a imigrantes. <http://www.icarabe.org/noticias/estado-de-sao-paulo-tem-escolas-abertas-a-imigrantes>. Acessado em novembro, 2016.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO GOVERNO DE SÃO PAULO (15 janeiro 2015). Escolas estaduais de SP recebem matrículas de alunos estrangeiros. <http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/escolas-estaduais-de-sp-recebem-matriculas-de-alunos-estrangeiros-2>. Acessado em novembro 2016.

SILVA, S. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. Estudos Avançados, vol.20, no.57, 2006.

SILVEIRA, C., RIBEIRO, M., CARNEIRO JUNIOR, N & BARATA, R. Processos migratórios e saúde. Em Mota, A., Marinho, M.G. & Silveira, C. Saúde e história de migrantes e imigrantes. SP: CDG Casa de Soluções e Editora, 2014.

ZOCCHIO, G. Fiscais flagram haitianos em trabalho precário no Hospital das Clínicas. Folha de São Paulo, 7 dezembro, 2016.